



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	-4. MAR. 1980
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

# ESBATIDOS LIMITES ENTRE SECTORES ECONÓMICOS

**A**o ter sido aprovada esta manhã, por maioria, a proposta que autoriza o Governo a alterar a lei da delimitação dos sectores público e privado da economia ficam as fronteiras entre ambos mais esbatidas e entre ambos se vai estabelecer uma concorrência que, no dizer do próprio Executivo e dos partidos que o apoiam, beneficiará particularmente as empresas estatizadas, carecidas daquele estímulo e de dinamização.

Para os partidos da oposição vai ser a destruição das empresas nacionalizadas, particularmente daquelas que são menos rendíveis por oferecerem serviços com altos custos sociais.

## Estatização não resolve problemas

«Não está na estatização dos meios de produção — afirmava ontem à tarde o monárquico Ferreira do Amaral — a resolução dos problemas. E nem sequer o princípio dessa solução. Tantas vezes, pelo contrário, a realidade nos revela que a estatização foi, na prática, uma medida negativa, um passo atrás. O alargamento do sector público de produção não é um fim em si, nem sequer, necessariamente, um meio eficaz de gerar avanço social.

«Sucede frequentemente — prosseguiu aquele deputado —, e a nossa história recente revela-o, que a eliminação do factor dinâmico da concorrência, o fecho sobre si mesmo, a burocratização, a irresponsabilidade, o predomínio da segurança sobre o incómodo da imaginação e da criatividade negam aquilo a que Octave Gelinier chamou o "segredo das estruturas competitivas". Por isso, os males que se associavam a serviços tradicionalmente públicos tantas vezes têm alastrado a sectores nacionalizados. E por isso também as maiores queixas, os maiores cancros, os maiores atrasos na justiça social são hoje imputados à zona pública, incapaz de garantir ordenamento ao território, saúde aos doentes, habitação aos portugueses, reforma condigna aos inválidos, transporte válido aos que se deslocam, saneamento básico e infra-estruturas aos povos rurais, educação e cultura aos mais pobres, produtividade à economia, bem-estar ao País.»

## Legislação antimonopolista

Em resposta à oposição, que levantou repetidamente a objecção da iminência da supremacia do poder económico sobre o poder político, Ferreira do Amaral diz que «a luta contra os gânglios de poder económico vocacionados para a actuação no plano político deve passar, na nossa óptica, por um lado, pelo reforço da legislação antimonopolista e contra o nepotismo e a corrupção, e pelo outro lado, pelo reforço e distribuição de centros de decisão da sociedade, regionalizando-a, descentralizando-a, fomentando a criação livre de associações e cooperativas apontadas à existência dimensionada de poderes compensadores.»

## Iniciativa privada, seiva vivificante

A terminar a sua intervenção, Ferreira do Amaral afirmou: «Aproveitemos a seiva vivificante da iniciativa privada, fomentemos o li-

vre associativismo e o cooperativismo, reformemos o papel e a capacidade das instituições regionais e comunitárias, asseguremos a liberdade e a diversificação das estruturas e não tenhamos receio de que a justiça social venha a sofrer com isso. Restituamos à Nação o que o Estado lhe usurpou e velemos por que a Nação se apresente como um todo harmonioso porque diversificado, desconcentrado e imune aos «trusts», quer aos antigos quer aos pós-revolucionários.»

## Liquidação do sector público

Pelo seu lado o deputado Herberto Goulart que ontem mesmo foi ocupar o lugar de J. Manuel Tengarrinha na bancada do M. D. P., dizia que de facto «o que se procura pôr em marcha, melhor dito, a marcha que se procura acelerar é a que conduz à liquidação do sector público produtivo, designadamente das suas unidades potencialmente rendíveis.»

O deputado comunista Gaspar Martins afirmava que «o anúncio pressuroso da A. D. e do seu Governo de abrir o sector bancário à iniciativa privada, isto é, aos ex-banqueiros, criou nos trabalhadores bancários um clima de preocupação e de repúdio.»

Um outro deputado comunista, Marino Vicente, punha a questão em saber quem domina quem: «O poder económico dos proprietários dos meios de produção e da banca sobre a esmagadora maioria do povo, ou esse mesmo povo sobre os meios da sua emancipação económica, cultural, social e política.»

E afirmava que «a Constituição do povo resolve, imperativamente, tal interrogação: a soberania reside no povo e não na ultraminorista casta de monopolistas e latifundiários e a apropriação colectiva dos principais meios de produção é garantia e condição para a efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais desse mesmo povo.»

## «O passado está enterrado»

«O passado está enterrado», afirmava o deputado centrista Luis Barbosa, «e há que dedicar os nossos esforços a construir um futuro que queremos diferente, livre, democrático, sem privilégios políticos, sem privilégios económicos.»

«No que respeita ao modelo de sociedade em que vai viver, dizia noutro ponto, Portugal tem à sua frente três alternativas: «Ser colonizado política e economicamente pela União Soviética; criar uma estrutura económica baseada em empresas públicas monopolistas e multinacionais; avançar decididamente para a integração no Mercado Comum. A Aliança Democrática optou pela integração económica europeia. De facto só esta alternativa pode representar uma forma segura de consolidar a democracia em Portugal.»

## Greve dos transportes

Como não podia deixar de ser, a anunciada greve dos transportes que hoje decorre foi ontem alvo das atenções do plenário. Foi o deputado comunista Jerónimo de Sousa quem levantou a questão durante uma declaração polí-

Por OLIVEIRA FIGUEIREDO

tica em que afirma a solidariedade do seu partido com os trabalhadores em greve e analisa as causas que à mesma deram origem.

Em primeiro lugar diz que o Governo «parece interessado em continuar uma acção desestabilizadora» ao declarar em situação económica difícil estas empresas, nomeadamente, a não aplicação total ou parcial de cláusulas dos instrumentos de regulamentação colectiva (como tabelas salariais, subsídios e outras regalias). Podem ver suspensos os contratos individuais de trabalho. Podem ser atingidos por outras medidas adequadas (na terminologia legal) que podem ir até às alterações e aumento do horário de trabalho.»

Jerónimo de Sousa diz que «é este o colete de forças que se pretende agora aplicar em larga escala». A propósito da situação da Rodoviária Nacional pergunta «porque não se diz que os ex-patrões deixaram à RN uma dívida de 3 306 100 contos? Que o fundo de maneio era negativo em 2 230 836 contos e a situação líquida negativa de 1 503 542 contos?»

Carlos Lage, falando a seguir, diz que o P. S. condena a atitude do Governo declarando as referidas empresas em situação económica difícil, manifesta o total repúdio por essa decisão assim como manifesta a sua solidariedade com as lutas dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e a simpatia pela greve.

## Estuário do Tejo

Em defesa do estuário do Tejo «uma das maiores riquezas do nosso País», «zona propícia à desova das espécies tradicionais, contribuindo de forma decisiva para o repovoamento piscícola permanente de praticamente toda a nossa costa», falou o deputado ecologista, perdão, monárquico, Luis Coimbra.

«Em termos de fauna marinha, começou por afirmar, o estuário pode já hoje ser considerado uma zona quase dizimada, vítima permanente de um processo de pseudoprogresso industrial, em que estão envolvidas empresas públicas e privadas localizadas ao longo das suas margens e que inclusivamente se expandem à custa de aterros criminosos. Zonas como as da cala do Montijo, por exemplo, já apresentam hoje das maiores concentrações em mercúrio, chumbo e arsénio que se registam nos estuários europeus, substâncias estas que uma vez introduzidas na cadeia alimentar acabam por provocar fatalmente a doença quando não a morte.»

«Não podemos continuar a permitir que se comprometa o futuro, a possibilidade de existência das gerações que não-deixam continuar Portugal — prosseguiu Luis Coimbra — Oito séculos de história e de vida própria não podem acabar no final deste século com a simples transformação do País na lixeira e no cano de esgoto da Europa.»

O P. P. M., convicto de representar neste campo as mais legítimas ambições do povo português neste hemiciclo, não se eximirá a



todos os esforços no sentido de que sejam aplicadas em Portugal, com força de lei, todas as directivas emanadas da Comissão e do Conselho de Ministros da Comunidade Europeia, designadamente quanto à qualidade das águas balneares (de 25 de Julho de 75) e à de 18 de Maio de 1976 sobre a poluição causada por substâncias perigosas descarregadas no ambiente aquático da Comunidade, directivas essas que constituem parte do Programa de Acção Ambiental adoptado para o período de 1977-81.

A juntar a esta situação em que a poluição se agrava de dia para dia, não só no estuário, mas na qualidade do ar para muitos portugueses que vivem junto dele — no Barreiro, Seixal, Moita, Montijo — estado de coisas que o P. P. M. tem vindo há longos anos a denunciar atingiu-se agora uma nova situação crítica e que respeita às práticas de pesca que diariamente se processam no estuário do Tejo.

Técnicas ilegais com total desprezo pelas leis em vigor a ser utilizadas por grupos e sociedades sem escrúpulos.

Redes são lançadas sistematicamente a menos de 20 metros das margens nos pesqueiros de Algés, Paço de Arcos, Santo Amaro, Carcavelos, Parede, Estoril, até em Cascais em frente da própria Capitania, em pleno dia!

A prática de «tapa-esteiros» utilizada no Seixal, Moita e Montijo está a exterminar completamente espécies em fase embrionária.

Nenhum governo até à data teve a coragem de terminar com tais práticas. Confiamos que o Governo ponha cobro a esta situação.»

## A verdadeira reforma agrária

Falando da colónia agrícola de Pegões como de um exemplo a seguir, o deputado social-democrata José Cardoso, afirmou: «Como agricultor e como deputado não posso deixar de salientar a actividade destes colonos (206 famílias ali instaladas em 1947 — a actual população da colónia agrícola é de cerca de 2000 indivíduos, dos quais duas centenas de menores de 12 anos) que transformaram esta terra estéril, quase desértica, fazendo aqui uma autêntica, uma verdadeira reforma agrária. Esta é, em suma, a nossa concepção de reforma agrária, transformando terras de pouso e abandonadas em terras férteis, aumentando assim o rendimento 'per capita' e do produto agrícola global, ao mesmo tempo que se concretiza a ligação directa dos agricultores à terra dentro do que tecnicamente é aconselhável.»